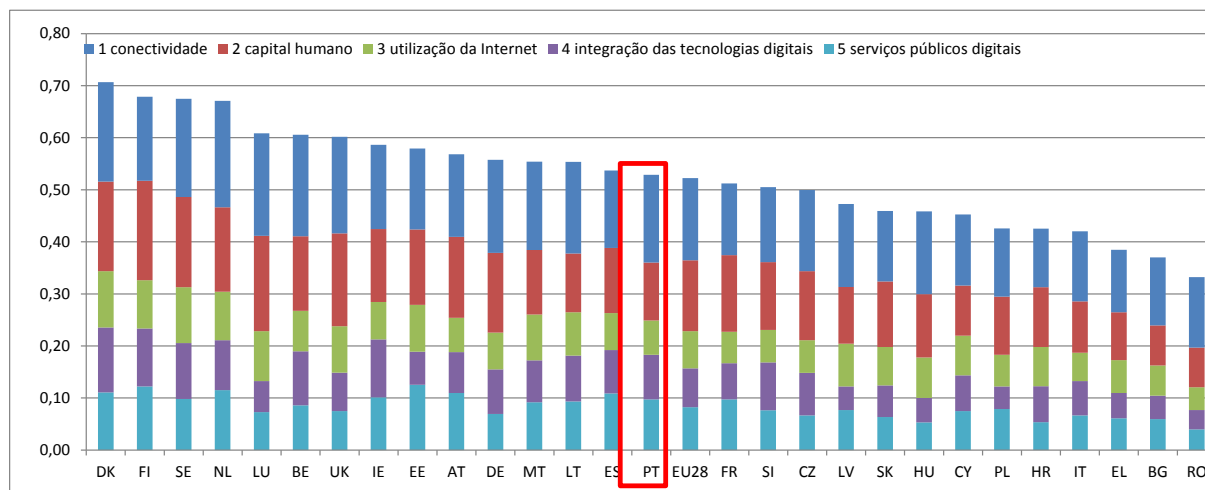


Relatório Sobre o Progresso Digital na Europa 2017 Perfil do País - Portugal

O relatório sobre o progresso digital na Europa regista os progressos realizados pelos Estados-Membros em termos da sua digitalização, combinando dados quantitativos do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES)¹ com informações qualitativas sobre políticas específicas nacionais. Encontra-se dividido em cinco capítulos:

1 Conectividade	Banda larga fixa, banda larga móvel, velocidade e preços da banda larga
2 Capital humano	Utilização da Internet, competências digitais básicas e avançadas
3 Utilização da Internet	Utilização de conteúdos, comunicações e transações em linha pelos cidadãos
4 Integração das tecnologias digitais	Digitalização das empresas e comércio eletrónico
5 Serviços públicos digitais	Administração pública em linha

Índices de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) em 2017



¹ <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>

	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2017	15	0,53	0,54	0,52
IDES 2016 ²	14	0,51	0,51	0,49

No IDES 2017, Portugal ocupa o 15.º lugar de entre os 28 Estados-Membros da UE, tendo descido uma posição relativamente ao seu 14.º lugar na classificação do ano passado. Contudo, a pontuação total de Portugal aumentou ligeiramente, bem como as pontuações para todas as dimensões do IDES, com a exceção dos serviços públicos digitais. As principais melhorias consistem no aumento da adesão aos serviços de banda larga fixa e móvel, bem como numa maior utilização das redes sociais por empresas e da faturação eletrónica. Na mesma ordem de ideias, as empresas portuguesas continuam a apresentar uma elevada taxa de utilização de tecnologias de partilha de informações e identificação por radiofrequência (RFID), o que mostra que estão a tomar medidas para aproveitar as oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais. Em Portugal, o maior desafio reside na melhoria dos níveis de competências digitais dos seus cidadãos, especialmente entre os idosos e as pessoas com baixos níveis de educação ou com baixos rendimentos.

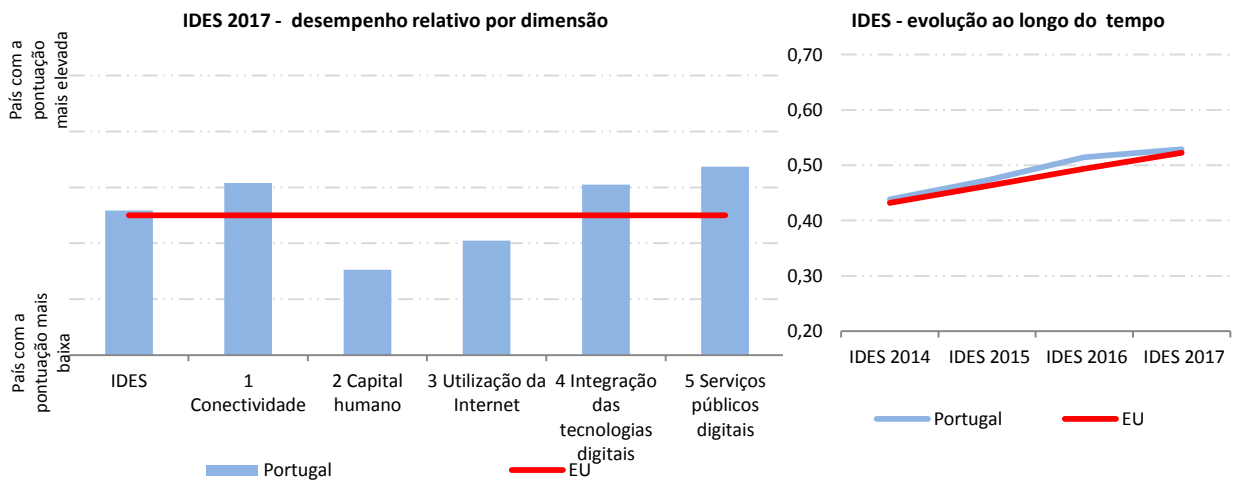
Portugal faz parte do grupo de países com desempenho médio³.

Em abril de 2015, Portugal procedeu a uma revisão exaustiva da Estratégia da Agenda Digital nacional (Agenda Portugal Digital, APD)⁴, que tinha sido publicada pela primeira vez em 2012. A revisão inclui atualizações dos objetivos e medidas da Estratégia. Em 2017 foram lançadas duas iniciativas importantes, respetivamente sobre as competências digitais e a digitalização da economia (ver secções 2 e 4 para mais informações).

² O IDES 2016 foi recalculado para todos os países, de modo a refletir as pequenas alterações na escolha dos indicadores e as correções dos dados dos indicadores subjacentes. Como tal, as pontuações e as classificações por país podem ter sofrido alterações desde a anterior publicação. Para mais informações, consultar a nota relativa à metodologia usada no IDES em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>.

³ Os países com desempenho médio são a Letónia, República Checa, Eslovénia, França, Portugal, Espanha, Lituânia, Malta, Alemanha e Áustria.

⁴ <http://www.portugaldigital.pt/index/>



1 Conectividade

1 Conectividade	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2017	10	0,67	0,63	0,63
IDES 2016	11	0,63	0,60	0,59

	Portugal				UE IDES 2017 valor
	IDES 2017		IDES 2016		
	valor	classificação	valor	classificação	
1A1 Cobertura da Banda Larga Fixa % de agregados familiares	99,76 % 2016	↑ 8	99,81 % 2015	7	98 % 2016
1A2 Aderência à Banda Larga Fixa % de agregados familiares	68 % 2016	↑ 19	61 % 2015	22	74 % 2016
1B1 Aderência à Banda Larga Móvel Assinaturas por cada 100 pessoas	55 Junho de 2016	↑ 26	51 Junho de 2015	25	84 Junho de 2016
1B2 Cobertura 4G⁵ % de agregados familiares (média dos operadores)	95 % 2016	6	NA		84 % 2016
1b3 Espetro⁶ % do objetivo	69 % 2016	↓ 14	75 % 2015	8	68 % 2016
1c1 Cobertura de NGA % de agregados familiares	95 % 2016	↑ 5	91 % 2015	7	76 % 2016
1C2 Assinaturas de Banda Larga Rápida % das assinaturas > = 30 Mbps	63 % Junho de 2016	↑ 4	57 % Junho de 2015	7	37 % Junho de 2016
1d1 Preço da Banda Larga Fixa⁷ % receitas	2,1 % preço de 2016, rendimentos de 2015	↑ 23	2,3 % preço de 2015, rendimentos de 2015	25	1,2 % preço de 2016, rendimentos de 2015

Portugal continuou a melhorar a sua classificação global de conectividade em 2016, passando para o 10.º lugar na UE. Em Portugal, a banda larga encontra-se disponível para todas as residências. Além disso, as redes capazes de oferecer débitos de 30 Mbps ou superiores encontram-se disponíveis para 95 % dos agregados familiares (bem acima da média da UE, de 76 %) e os contratos de ligações de banda larga rápida aumentaram significativamente nos últimos anos, representando agora 63 % dos contratos de ligações de banda larga.

⁵ Trata-se de um novo indicador do IDES, que indica a cobertura média das redes 4G dos operadores de telecomunicações.

⁶ Percentagem de espectro atribuído relativamente ao total a harmonizar a nível da UE. Fonte: Serviços da Comissão Europeia, http://ec.europa.eu/newsroom/document.cfm?doc_id=43049. Regista-se uma diminuição na maior parte dos Estados-Membros devido à harmonização complementar da UE da faixa dos 700 MHz, feita em abril de 2016.

⁷ Devido a uma ligeira alteração metodológica, os dados históricos foram recalculados.

A baixa adesão à banda larga, tanto fixa como móvel, continua a ser um desafio para Portugal. Em 2016, apenas 68 % das habitações tinham aderido à banda larga fixa e apenas 55 % à banda larga móvel. Em termos da adesão à banda larga móvel, Portugal está entre os países da UE com os valores mais baixos e desceu um lugar na classificação, ocupando agora o 26.º lugar. De entre as várias razões para a reduzida adesão à banda larga em Portugal, os preços das assinaturas são, provavelmente, um fator significativo: num contexto de tendência para o aumento da venda de pacotes, os preços de serviços individuais (*single-play*) são dos mais altos da Europa. Em 2016, uma pessoa que pretendesse subscrever apenas a ligação de banda larga teria de gastar, em média, 2,1 % do seu rendimento bruto, o que representa um valor significativamente superior à média da UE de 1,2 %. Este diferencial pode, no entanto, ser inferior se forem considerados os preços de pacotes como os de oferta tripla, que são muito populares em Portugal.

A APD abrange ações específicas de vários ministérios, empresas privadas e outras partes interessadas. Em consonância com os objetivos da UE, a Agenda visa, nomeadamente, promover o desenvolvimento de infraestruturas de banda larga, para permitir que todos os cidadãos tenham acesso à banda larga com débitos de, no mínimo, 30 Mbps até 2020 e permitir que 50 % dos agregados familiares tenham acesso à Internet em banda larga a uma velocidade igual ou superior a 100 Mbps até 2020. A extensa instalação da FTTH coloca Portugal numa boa posição em relação aos objetivos de conectividade de 2025, propostos pela Comissão Europeia. Nos últimos anos, não foi atribuído qualquer financiamento público adicional para completar a instalação das redes NGA em zonas mais rurais; serão necessários esforços adicionais para atingir os restantes 5 % dos agregados familiares. Para fazer face ao problema da fraca adesão, a APD tem, nomeadamente, o objetivo de promover a utilização das tecnologias digitais e reforçar as competências digitais da população portuguesa (ver secção 2).

2 Capital humano

2 Capital humano	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2017	22	0,45	0,57	0,55
IDES 2016	19	0,44	0,55	0,53

	Portugal				UE
	IDES 2017		IDES 2016		IDES 2017
	valor	classificação	valor	classificação	valor
2a1 Utilizadores da Internet % pessoas	68 % ↑ 2016	24	65 % 2015	23	79 % 2016
2A2 Pelo menos competências digitais básicas % pessoas	48 % → 2016	21	48 % 2015	21	56 % 2016
2B1 Especialistas em TIC⁸ % de pessoas empregadas	2,3 % ↓ 2015	22	2,5 % 2014	21	3,5 % 2015
2B2 Diplomados em CTEM Por 1000 cidadãos (com idades entre 20-29)	20 ↓ 2014	8	21 2013	7	19 2014

A percentagem de cidadãos portugueses que utilizam a Internet pelo menos uma vez por semana (68 %) continua a ser bem inferior à média da UE (79 %), embora este valor tenha aumentado em 2016. Na mesma ordem de ideias, em 2016, 26 % da população adulta portuguesa nunca tinha utilizado a Internet, em comparação com a média da UE de 14 %. Esta situação explica-se, em parte, pelo facto de 52 % da população não ter as competências digitais básicas necessárias para aceder eficazmente à Internet e de 30 % não ter quaisquer competências digitais, em comparação com uma média da UE de 44 % e 19 %, respetivamente. Além disso, a percentagem de adultos na mão de obra ativa sem competências digitais em Portugal é de 22 %, o dobro da média da UE⁹.

O risco de exclusão digital para determinados grupos da população, tais como os idosos (nomeadamente nas zonas rurais) ou as pessoas com baixos rendimentos ou com baixos níveis de educação, é particularmente elevado em Portugal: apenas 30 % das pessoas abrangidas por, pelo menos, um desses fatores de desvantagem tinham, pelo menos, competências digitais básicas em 2015, ou seja nove pontos percentuais abaixo da média da UE.

Portugal também está atrasado em termos da percentagem de profissionais no emprego total com competências especializadas em TIC, embora, comparativamente com o conjunto da UE, menos empresas tenham comunicado vagas difíceis de preencher que requeressem essas competências (respetivamente, 32,5 % e 41 % de empresas que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal para empregos que exigem competências especializadas de

⁸ Os dados históricos foram revistos pelo Eurostat.

⁹ Os níveis relativamente baixos de utilização da Internet podem, igualmente, estar relacionados com a acessibilidade em termos de custos.

TIC¹⁰), devido, em parte, à estrutura económica do país. O país continua a ter, no entanto, uma percentagem mais elevada de pessoas com idade entre 20 e 29 anos com cursos superiores em CTEM (ciência, tecnologias e matemática) do que a maioria dos Estados-Membros da UE.

A APD reconhece os desafios acima referidos, embora forneça informações limitadas sobre a orçamentação e a execução. Em 3 de abril de 2017, Portugal lançou uma nova Iniciativa Nacional Competências Digitais,¹¹ que substitui a Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais, bem como a Estratégia e Plano de Ação para a Empregabilidade Digital. Procura envolver as autoridades públicas, o setor privado, o mundo académico e a sociedade civil. Abrange medidas para lutar pela inclusão digital e promover a literacia digital, bem como continuar a desenvolver a formação, requalificação e especialização em tecnologias digitais avançadas e a investigação-inovação. Também inclui objetivos quantitativos para 2020, 2025 e 2030, os quais se prolongam para além dos objetivos na APD.

Na mesma ordem de ideias, a formação e a reconversão — medidas destinadas a dotar a sociedade portuguesa com os conhecimentos e as competências necessárias num contexto de transformação digital — são uma pedra angular da estratégia portuguesa para a digitalização da economia, a Indústria 4.0 (ver secção 4, integração das tecnologias digitais).

Embora tenham sido tomadas medidas promissoras neste domínio¹², Portugal ainda tem um longo caminho a percorrer para concretizar o reforço das competências digitais dos seus cidadãos, especialmente entre os grupos desfavorecidos da população, tendo em conta o fosso digital evidente no país. No mundo de hoje, garantir que todos os cidadãos tenham competências digitais adequadas é uma condição prévia para a existência de mercados de trabalho inclusivos, para melhorar a produtividade e para o crescimento económico sustentável.

¹⁰ Os valores excluem o setor financeiro e as empresas com menos de 10 empregados.

¹¹ www.incode2030.pt

¹² Além do acima referido, é necessário notar que o número de Espaços Cidadão (ver «Destaque 2016» para mais pormenores) duplicou no último ano, com vista a promover a literacia digital e colmatar o fosso digital.

3 Utilização da Internet

3 Utilização da Internet	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2017	19	0,44	0,45	0,48
IDES 2016	19	0,42	0,42	0,45

	Portugal				UE
	IDES 2017		IDES 2016		IDES 2017
	valor	classificação	valor	classificação	valor
3a1 Notícias % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos três meses	78 % →	14	78 %	14	70 %
	2016		2015		2016
3a2 Música, vídeo e jogos¹³ % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos três meses	83 %	10	NA		78 %
	2016				2016
3a3 Vídeo a pedido¹⁴ % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos três meses	9 %	22	NA		21 %
	2016				2016
3b1 Videochamadas % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos três meses	39 % ↑	21	37 %	19	39 %
	2016		2015		2016
3b2 Redes sociais % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos três meses	74 % ↑	9	70 %	10	63 %
	2016		2015		2016
3c1 Atividade bancária % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos três meses	41 % →	24	41 %	24	59 %
	2016		2015		2016
3c2 Compras % de utilizadores da Internet (no último ano)	43 % ↓	24	44 %	22	66 %
	2016		2015		2016

Apesar de um acréscimo da percentagem de utilizadores da Internet que fazem videochamadas em linha e acedem às redes sociais — que, juntamente com jogar ou descarregar jogos, imagens, filmes ou música, é a única atividade nesta dimensão em que a pontuação de Portugal está acima da média da UE — os utilizadores da Internet em Portugal mostram-se pouco dispostos a recorrer a serviços em linha, em comparação com os seus homólogos da UE. Em especial, continua a existir uma forte relutância em fazer compras em linha ou utilizar serviços bancários pela Internet: apenas 43 % e 41 %, respetivamente, dos utilizadores da Internet em Portugal o fazem, em comparação com a média da UE de 66 % e 59 %. O país ocupa o 24.º lugar de entre os 28 Estados-Membros relativamente a estas duas atividades.

¹³ Interrupção na série devido a uma mudança no inquérito do Eurostat.

¹⁴ Interrupção na série devido a uma mudança de fonte de dados. A nova fonte é o Eurostat.

4 Integração das tecnologias digitais

4 Integração das tecnologias digitais	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2017	9	0,43	0,40	0,37
IDES 2016	9	0,41	0,37	0,35

	Portugal				UE
	IDES 2017		IDES 2016		IDES 2017
	valor	classificação	valor	classificação	valor
4a1 Partilha de informações eletrónicas % empresas	44 %	5	44 %	5	36 %
	2015		2015		2015
4a2 RFID % empresas	8,0 %	2	8,0 %	2	3,9 %
	2014		2014		2014
4a3 Redes sociais % empresas	17 % ↑	17	12 %	21	20 %
	2016		2015		2016
4a4 Faturas eletrónicas % empresas	19 % ↑	9	13 %	14	18 %
	2016		2015		2016
4a5 Nuvem % empresas	11 %	18	NA		13 %
	2016		2015		2016
4b1 PME que vendem em linha % de PME	18 % ↓	11	19 %	9	17 %
	2016		2015		2016
4b2 Volume de negócios do comércio eletrónico % do volume de negócios das PME	12,0 % ↓	7	13,3 %	5	9,4 %
	2016		2015		2016
4b3 Venda em linha transfronteiras % de PME	7,9 %	16	7,9 %	16	7,5 %
	2015		2015		2015

A pontuação de Portugal neste domínio melhorou em 2016. O país apresenta classificações acima da média em todas as componentes, à exceção de duas. Este fator permitiu manter a sua nona posição na classificação a nível da UE.

Registaram-se progressos dignos de nota no que se refere às taxas de utilização comercial tanto dos *media* sociais como da faturação eletrónica, que aumentaram 42 % e 46 %, respetivamente, relativamente ao ano anterior. Além disso, as empresas portuguesas continuam a ter taxas de utilização muito elevadas para as tecnologias de partilha de informações e identificação por radiofrequência (RFID). Estes números sugerem que estão a ser dados passos decisivos para explorar as oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais e confirmar o interesse genuíno dos atores do setor público e do setor privado no reforço do papel de Portugal como uma plataforma digital (ver caixa «Destaque» infra). No entanto, há margem para ir ainda mais longe. Por exemplo, os serviços de computação em nuvem são apenas utilizados por um número relativamente reduzido de empresas em Portugal (11 % contra uma média da UE de 13 %) ¹⁵. Na mesma ordem de ideias, houve, em

¹⁵ Os dados referem-se a empresas que tenham adquirido, pelo menos, um dos seguintes serviços de computação em nuvem: armazenagem da base de dados da empresa em servidores, aplicações de programas de contabilidade, programas de CRM e capacidade de computação. Não inclui o setor financeiro nem empresas com menos de 10 trabalhadores.

2016, uma desaceleração no crescimento da percentagem de PME que vendem em linha e no peso do comércio eletrónico no volume de negócios das PME.

Em janeiro do corrente ano, o Primeiro-Ministro de Portugal apresentou a estratégia nacional para a digitalização da economia, a Indústria 4.0. A estratégia engloba 60 ações que envolvem entidades nos setores público e privado; durante os próximos quatro anos deverá mobilizar 4,5 mil milhões de EUR, incluindo 2,6 mil milhões de EUR dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, e beneficiar cerca de 50 000 empresas com atividade em Portugal¹⁶.

Destaque de 2017¹⁷: Web Summit em Lisboa

Entre 7 e 10 de novembro do ano passado, Lisboa acolheu a Web Summit¹⁸ 2016, possivelmente a maior conferência e mercado de tecnologias Web da Europa. Mais de 53 000 participantes de todo o mundo tomaram parte no evento, incluindo diretores executivos bem conhecidos, como John Chambers, da Cisco Systems, Mike Schroepfer, do Facebook, Jack Dorsey (fundador do Twitter) e Elon Musk, da Tesla. O evento teve a participação de mais de 1500 empresas em fase de arranque, incluindo várias dezenas de Portugal. Os organizadores anunciaram que as edições de 2017 e 2018 da Web Summit terão também lugar em Lisboa.

Regista-se assim o êxito dos esforços feitos até agora por Portugal no sentido de se posicionar como um centro digital, incluindo os esforços para apoiar o arranque de empresas inovadoras no setor das TIC e em domínios conexos.

¹⁶ <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/meco/noticias/20170130-mecon-industria-4.aspx>

¹⁷ O Destaque de 2016 foi para os «Espaços Cidadão»: trata-se de locais onde os serviços de diferentes administrações são disponibilizados num único ponto, com utilização de um computador ligado à Internet. Cada Espaço tem um trabalhador para apoio aos cidadãos, que lhes mostra como utilizar os serviços públicos em linha à sua disposição. Em junho de 2015, foram instalados 1000 espaços em estações de correio, câmaras municipais e outros locais semelhantes. Um dos objetivos consiste em prestar serviços digitais assistidos aos cidadãos que não estão familiarizados com os serviços governamentais em linha ou que não dispõem de competências digitais suficientes, de modo que possam utilizar esses serviços em linha e contribuir para a inclusão digital dos cidadãos. Outro objetivo é que os cidadãos aprendam com a experiência assistida e se tornem autónomos na utilização dos serviços.

¹⁸ <https://websummit.com/>

5 Serviços públicos digitais

5 Serviços públicos digitais	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2017	10	0,65	0,59	0,55
IDES 2016	7	0,68	0,56	0,51

	Portugal				UE
	IDES 2017		IDES 2016		IDES 2017
	valor	classificação	valor	classificação	valor
5a1 Utilizadores de serviços de administração pública em linha <small>% de utilizadores da Internet (no último ano)</small>	41 % →	9	41 %	9	34 %
	2016		2015		2016
5a2 Formulários pré-preenchidos <small>Pontuação (0 a 100)</small>	74 ↓	4	81	4	49
	2016		2015		2016
5a3 Prestação integral de serviços em linha <small>Pontuação (0 a 100)</small>	96 ↓	4	98	3	82
	2016		2015		2016
5a4 Dados abertos¹⁹ <small>% da pontuação máxima</small>	41 % ↓	25	44 %	16	59 %
	2016		2015		2016

O desempenho de Portugal continua a ser muito superior à média da UE. No entanto, piorou em 2016, passando o país do sétimo para o décimo lugar. A parte dos utilizadores dos serviços da administração pública manteve-se estável. Embora o desempenho seja ainda bastante positivo relativamente ao resto da Europa, esta situação confirma as dificuldades do país em expandir a utilização de serviços públicos digitais num contexto em que uma parte da população não dispõe das competências digitais necessárias. A quantidade de dados pré-preenchidos em formulários em linha de serviços públicos, bem como os níveis de serviço concluídos em linha diminuiu ligeiramente. No que respeita aos dados abertos, Portugal desceu do 16.º para o 25.º lugar na classificação. Em todos os outros componentes no âmbito desta dimensão, Portugal encontra-se entre os dez primeiros da UE.

Um dos principais objetivos da APD consiste em melhorar a qualidade, a disponibilidade e a utilização de serviços públicos digitais portugueses, como forma de responder aos principais desafios sociais. Outras medidas conexas incluem as destinadas a simplificar e tornar a administração pública mais eficiente de um modo geral²⁰, bem como as medidas dirigidas a setores específicos (por exemplo, justiça, saúde, mobilidade, etc.). Em junho de 2016, uma resolução do Conselho de Ministros deu origem ao Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), que funciona sob a supervisão direta do Primeiro-Ministro, com o objetivo de definir um novo modelo de governação para

¹⁹ Alteração da fonte dos dados. Os dados históricos foram também reexpressos. A nova fonte é o Portal Europeu de Dados.

²⁰ Por exemplo, através de uma maior interoperabilidade, da desmaterialização dos procedimentos administrativos, etc. Como exemplo, o Decreto-Lei n.º 73/2014 estabelece os princípios de «digital por definição» e «declaração única». Além disso, vale a pena mencionar a autenticação eletrónica por meio do Cartão de Cidadão (que já se encontra disponível em Portugal há vários anos) e os serviços de autenticação móvel através de chaves móveis.

as TIC na administração pública (em consonância com a Simplex+²¹, o principal programa de simplificação administrativa do país) e aplicar medidas que tirem partido do potencial transformador das TIC para ajudar a melhorar a qualidade de vida e reduzir os custos administrativos para os cidadãos e as empresas.

No ano passado, foram lançadas várias estratégias setoriais de digitalização (por exemplo, no âmbito do Plano de Ação Justiça + Próxima²²) e foram postas em prática iniciativas promissoras, tais como a utilização de receitas médicas eletrónicas, o que permite um controlo mais eficiente e seguro da emissão e de isenções, e as declarações fiscais pré-preenchidas eletrónicas.

A organização em Portugal da Conferência «Sharing & Reuse» 2017²³, organizada conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Agência para a Modernização Administrativa, bem como a 17.ª Conferência Europeia sobre a Administração Pública Digital²⁴, também são indicadores do envolvimento ativo do país nesta área. Além disso, nos últimos anos, o país tem procurado fomentar o desenvolvimento de plataformas eletrónicas de contratação pública como meio de reduzir os custos e aumentar a transparência. Foi adotada legislação para garantir a interoperabilidade destas plataformas²⁵, bem como para promover a utilização da Plataforma de Interoperabilidade Nacional para o intercâmbio de informações.

²¹ <https://www.simplex.gov.pt/>

²² <https://justicamaisproxima.mj.pt/>

²³ O principal objetivo deste evento, que teve lugar no dia 29 de março de 2017, consiste em debater e partilhar as boas práticas relativamente à partilha e reutilização das soluções informáticas que permitem às administrações públicas criar serviços mais rapidamente e a um custo reduzido. Para mais informações, ver https://ec.europa.eu/isa2/news/%E2%80%8Bisa%C2%B2-organises-sharing-reuse-conference-2017_en.

²⁴ <http://www.academic-conferences.org/conferences/ecdg/>

²⁵ A Lei n.º 96/2015, por exemplo, cria um regime de licenciamento e supervisão das plataformas eletrónicas, que impõe a interoperabilidade das plataformas com o Portal dos Contratos Públicos e outros sistemas utilizados por organismos públicos.